

SAÚDE

Ações para uma assistência integral à mulher

Uma das prioridades do atual governo é a promoção da assistência integral à saúde da mulher. As ações estão sendo desenvolvidas no sentido de ampliar as possibilidades de exercício dos direitos reprodutivos e implementar estratégias capazes de reduzir os riscos de adoecer e morrer por causas evitáveis.

Entre essas ações destacam-se: Assistência à Maternidade, Prevenção da Aids, Prevenção do Câncer Ginecológico e Ampliação do Acesso à Contracepção.

- Assistência à Maternidade -

Esta ação está voltada para a implementação do sistema regionalizado de Atenção ao Parto na Grande São Paulo, que assegura a retaguarda de maternidade para as gestantes acompanhadas pelo SUS. Durante o pré-natal, a gestante é informada sobre qual a maternidade a ser procurada no momento do parto. Se esta maternidade estiver sem vagas, aciona-se uma central regional que localiza outro hospital que possa recebê-la. Os hospitais Mandaqui, Interlagos, Regional de Osasco e a Casa Maternal incluem-se entre as centrais regionais de vagas para parto.

De 95 a 96 foram transferidas cerca de 10 mil mulheres. E para ampliar a capacidade de atendimento a essa população, 100 novos leitos de maternidade e 67 para assistência ao recém-nascido de alto risco foram implementados. Além disso, 6 ambulâncias equipadas foram adquiridas para a remoção de recém-nascidos de alto risco.

O Plano de Melhoria da Qualidade da Assistência ao Parto e o Comitê Estadual de Vigilância do Óbito Materno são duas outras ações desenvolvidas no campo da assistência à maternidade. A primeira, tem por estratégia remunerar melhor os procedimentos

obstétricos realizado em hospitais conveniados e municipais, que atendem critérios de qualidade. Já o Comitê alerta e sensibiliza os médicos para a questão, através de veiculação de artigos nos órgãos de divulgação; mobiliza as diretorias regionais de saúde para a criação de comitês regionais e avalia hospitais com maior taxa de mortalidade materna. Até o momento, existem 10 comitês de Morte Materna, localizados nos municípios de São Paulo, Ribeirão Preto, Franca, Botucatu, Santo André, Santos, Registro, Itapeva e Osasco, Marília e Mogi das Cruzes.

- Prevenção da Aids -

Para desenvolver um trabalho de prevenção da Aids e DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), junto às mulheres que são atendidas nas unidades de saúde, a Secretaria da Saúde capacita e treina profissionais de saúde que atuam na região metropolitana e na baixada santista. Além disso, mais de um milhão de preservativos são distribuídos mensalmente nessas unidades e dependendo da necessidade, são ofertados medicamentos para as mulheres que precisam de tratamento da DST. A Aids, a partir de 1992, passou a se constituir a primeira causa de morte na faixa etária entre 20 e 49 anos. As repercussões deste problema transcendem o encerramento precoce da vida dessas mulheres, dada a possibilidade da transmissão para o feto durante a gravidez.

- Câncer Ginecológico -

Em parceria com a Fundação Oncocentro estão sendo intensificadas as ações para o combate ao câncer de colo uterino. Estas ações incluem treinamento de profissionais de enfermagem para a coleta do exame de papanicolau, articulação e ampliação da capacidade resolutive de serviços locais

para prevenção, detecção precoce e tratamento deste câncer. O risco de morte por câncer de colo de útero, praticamente não declinou ao longo dos últimos 20 anos, ficando em torno de 8 óbitos para 100 mil mulheres. Isto significa que a cada ano, cerca de 1300 mulheres perdem a vida por uma razão evitável. Quanto a mortalidade por câncer de mama, a situação é mais agravante, constatando um aumento de 12 óbitos para 100 mil mulheres.

- Acesso à Contracepção -

A partir deste ano, todos os métodos reversíveis de anticoncepção (pílulas, Diu, diafragmas e preservativos) estarão disponíveis para os municípios que contem com serviços capacitados a desenvolver atividades de planejamento familiar. Através das ações educativas, as mulheres serão informadas, para que possam optar pelo método mais adequado. Os recursos repassados aos municípios provêm em parte do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado.

No Estado de São Paulo, nos últimos 30 anos, o risco da mulher morrer por causas internas diminuiu significativamente. Os 150 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos em 1960 caiu para 46,3, em 1995. Entre 1994 e 95, os óbitos maternos declarados, representaram 64% das mortes pelas complicações relacionadas a gravidez, 18% de complicações do trabalho de parto e do parto, 11% gravidez terminada em aborto e 11% de complicações do puerpério. Considerando as causas isoladas de morte, independente da fase gestacional, as mais frequentes são: hipertensão (25%), hemorragias (19%), doenças cardiovasculares (9%), aborto (8%) e infecção puerperal (5%).

Mulheres e

A política de atendimento à mulher adotada pelo governo do Estado durante 1996, contemplou os mais diversos setores - desde saúde e habitação, até segurança e emprego - ampliando sua participação no



Nos sorteios transparentes da assinatura da mulher em E nas escolas, a nova missão feminino: proteger



SEGURANÇA PÚBLICA

124 Delegacias em De

No Estado, 124 Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DGP), 104 distribuídas no Interior, 11 na Grande São Paulo e 9 na Capital, prestam relevantes serviços à comunidade para colaborar na visualização e transparência do fenômeno da violência doméstica. Somente no ano passado, segundo Assessoria Especial da DPG, 126.028 ocorrências foram registradas

entre as Delegacias de todo o Estado, sendo 95.845 no interior e 30.183 entre a Capital e Grande São Paulo. Os dados revelam que a lesão corporal, estupro, raptos, abandono maternal, atentado ao pudor, atos obscenos são os casos mais frequentes acusados pelas vítimas.

Cada região e cidades tem suas peculiaridades e delas decorrem as necessidades das

delegacia, tan serviço Conviv Vítimas tica) c Secreta blica p seus fil domést do séri

HABITAÇÃO

A assinatura da mulher

A assinatura da mulher consta em primeiro lugar, em 82% dos contratos das 24.047 unidades habitacionais, que foram entregues, a partir de 1996, pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Esta foi uma medida adotada desde dezembro de 95 pelo Governo, visando protegê-la em caso de

abandono do marido ou co Agora, as mulheres têm mais de continuarem morando no i gar seus filhos até quando pu com as prestações, mesmo separação do casal. Já o Progr de Mutirão e Autogestão, ex CDHU em parceria com as

CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL

Em 96, governo atende 9 mil famílias e 28 mil crianças

Nesse setor, o governo realiza uma política de assistência social, com linhas específicas de ação, na tentativa de consolidar laços familiares e proteger a criança e o adolescente. Esta política está sendo realizada principalmente pela Coordenação da Família, através do IAFAM (Instituto de Assuntos de Família), que fornece orientação técnica e concede subsídio financeiro para a complementação da renda familiar.

Das 9325 famílias e 28.138 crianças atendidas durante 96 pelo IAFAM, nos

285 municípios do Estado, cerca de 90% são assumidas somente pelas mães. Para assegurar os direitos da mulher e sua saúde mental, a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar, mantém um convênio com o Programa Pró-Mulher que no ano passado atendeu 206 mulheres, entre 15 e 60 anos.

E mais: as 22 Oficinas Culturais mantidas em todo Estado pela Secretaria da Cultura, das quais 11 são administradas em parceria com a comunidade e entidades da sociedade civil, ofereceram durante o ano

passado, vários cursos de dança, música, teatro e yoga. Esta realização beneficiou mais de 1500 mulheres priorizando, principalmente o atendimento às da terceira idade.

Por outro lado, o Serviço Social da Nossa Caixa Nosso Banco beneficia as mulheres da empresa com o Programa Gestante, que visa colaborar com o bem estar e tranquilidade das gestantes, para que possam conciliar o papel de mãe e profissional. Neste programa participam não só as gestantes, como mães e os homens interessados.